

# AS IDENTIDADES NEGRAS EM AFRODIÁSPORA DAS ESTUDANTES GUINEENSES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA<sup>1</sup>

Laís Rebouças de Santana<sup>2</sup>

## RESUMO

A chegada dos estudantes africanos no município de São Francisco do Conde\BA gerou olhares de surpresa, curiosidade e muito estranhamento na cidade. O foco do estudo são as estudantes guineenses que buscam uma formação superior no Brasil e ao chegarem ao município sofrem o choque cultural. A problemática traz a reflexão de como esse processo migratório interferiu em sua vida e como é vista o corpo da mulher negra e africana que origina a percepção identitária em confronto com o racismo. O objetivo é refletir quem são essas mulheres após sofrer a discriminação racial.

**Palavras-chave:** Identidade de gênero. Negras - Guiné-Bissau. Racismo - São Francisco do Conde (BA).

## ABSTRACT

The arrival of African students in the municipality of São Francisco do Conde\BA generated looks of surprise, curiosity and a lot of strangeness in the city. The focus of the study is the Guinean students who seek a higher education in Brazil and when they arrive in the city, they suffer the cultural shock. The problem brings the reflection of how this migratory process interfered in her life and how the body of the black and African woman is seen that originates the identity perception in confrontation with racism. The objective is to reflect who these women are after suffering racial discrimination.

**Keywords:** Black woman - Guinea Bissau. Gender identity. Racism - São Francisco do Conde (BA).

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof.<sup>a</sup> Esp. Suzana Coelho Conceição.

<sup>2</sup> Assistente Social. Historiadora. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira. Mestranda em Ciências Sociais e discente do curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho intenciona analisar a percepção da identidade, no contexto da diáspora africana, das estudantes guineenses em São Francisco do Conde-Bahia a partir do confronto com o racismo. O tema é relevante na medida em que investiga e discute as situações vivenciadas em São Francisco do Conde, cidade historicamente marcada pelos povos da África e que possui uma universidade pública que busca justamente integrar os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa- PALOP com o Brasil.

Com a chegada dos estudantes africanos em São Francisco do Conde, logo notou-se que eles não eram tratados como iguais pelos munícipes, Os estudantes em quase todos os momentos eram e são vistos como o outro, o de lá ou sempre como o africano na cidade. A existência de uma história em comum entre brasileiros e o continente africano não foi suficiente para que os estudantes africanos se sentissem acolhidos.

A problematização deste trabalho baseia-se em como se dá a percepção da identidade, no contexto da diáspora africana, das estudantes guineeses em São Francisco do Conde a partir do confronto com o racismo. Seu objetivo central tem como foco analisar essa percepção através dos objetivos específicos, a saber: Identificar como as estudantes guineenses compreendem e enfrentam as situações de discriminação racial em seu cotidiano em São Francisco do Conde, e também verificar os processos de afirmação identitária a partir da sociabilidade e das interações afetivas que foram sendo construídas cotidianamente em São Francisco do Conde pelas estudantes guineeses.

Para alcançar os objetivos e questões que guiaram a pesquisa adotei uma abordagem qualitativa através de pesquisas realizadas sobre a temática. Neste sentido, busquei uma análise das dinâmicas das relações raciais articulada com processos das identidades e diferenças. Também procurei analisar as relações cotidianas entre estudantes africanos e a comunidade de São Francisco do Conde buscando compreender situações de racismo, xenofobia e discriminação sexual. Esta pesquisa, portanto, reflete em torno das questões de gênero, sexualidade/“raça” e tradições culturais africanas, prestando particular atenção às questões referentes às estratégias de convivência, construções identitárias, racismos e discriminação, assim buscando incentivar uma integração entre os estudantes africanos e brasileiros nos contextos da Unilab e da cidade franciscana.

Busquei pesquisas de autores que estudam sobre a temática para o embasamento deste artigo, como o estudo sobre a territorialidade de Santana (2011) e Diógenes e Aguiar (2013) que articula a importância da cidade ter sido escolhida para ser a sede do campus da Unilab na

Bahia. Almeida (2019) e Bendo (2016) analisam as experiências das estudantes da Guiné-Bissau dando enfoque as formas de sociabilidade construídas, assim como a resignificação da identidade no processo de deslocamento temporário em São Francisco do Conde. Para o contexto da diáspora negra, Brah (1996) afirma que é constituída por diversidades de experiências históricas, enquanto Gonzalez (1988) propõe observar as particularidades locais que se organizam em torno das raças. Em outro aspecto, Morais e Silva (2012) discutem o termo analisando o contexto relacional entre estudantes lusófonos e brasileiros.

Sobre a identidade, Hall (2011) a defende como construção. Seguindo a mesma perspectiva com foco nos estudantes africanos, Hirsch (2007) estuda como se tornam um grupo social estigmatizado ao chegar no Brasil, enquanto Gusmão (2012) afirma que passam assumir uma nova identidade que os designam como africanos. Baldé (2017) pesquisa as suas vivências, relatando como as diferenças culturais dificultam a inserção das discentes em São Francisco do Conde. Por fim, Crenshaw (2002) aponta interseccionalidade como ferramenta teórica para compreensão das realidades dessas mulheres negras e africanas. Os estudos acima mencionados foram utilizados como aporte teórico para embasar esta pesquisa e servem para aprofundar as discussões sobre as experiências dos estudantes no Brasil, de modo a possibilitar a ampliação do estudo sobre o tema.

## **2 AS IDENTIDADES NEGRAS EM AFRODIÁSPORA**

O campo de pesquisas sobre as experiências das estudantes africanas no Brasil é amplo e diversificado, e tem contribuído de maneira oportuna no aprofundamento do tema. Há estudos que abordam uma perspectiva da diáspora contemporânea, porém, cada um ampliando as discussões sobre o tema em questão: as experiências vivenciadas pelas estudantes no Brasil. Embora analisem as especificidades próprias das trajetórias das sujeitas sociais pesquisadas em determinado lócus, as contribuições são relevantes no sentido de possibilitar identificar até que ponto tais pesquisas se afastam/aproximam da temática em questão, na medida em que ampliasse a percepção acerca da temática, afinal o meu foco é na abordagem do racismo com as estudantes guineenses da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

A UNILAB é uma das mais novas instituições federais de ensino superior do Brasil, foi criada pela Lei Federal nº 12.289/2010, tendo suas atividades acadêmicas iniciadas no Ceará em 25 de maio de 2011, em comemoração ao Dia da África. (GOMES, 2013, p. 84). A

universidade é estruturada no princípio da cooperação solidária, e tem por missão a integração dos países pertencentes à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe; Timor Leste (país asiático) e Portugal (Europa) (DIÓGENES, AGUIAR, 2013; SOUZA, MALOMALO, 2016). Segundo Almeida (2019), a forma de ingresso se dá através de processos seletivos para todos os que pleiteiam as vagas na universidade. Os brasileiros ingressam através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC), mediante as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os estrangeiros são selecionados junto às embaixadas brasileiras nos países parceiros (Angola, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), por meio de uma prova de redação e da avaliação de histórico escolar.

A questão da territorialidade é atravessada na cidade de São Francisco do Conde que está localizada na região metropolitana de Salvador, a 67 km da capital. Segundo o IBGE (2015) o município possui uma população estimada em 40.245 habitantes sendo que mais de 90% se autodeclararam negra. Santana (2011) afirma que o local foi escolhido para a implantação do Campus dos Malês, da UNILAB, por fazer parte do Recôncavo Baiano, território que apresenta uma alta concentração de afrodescendentes e a escolha do nome é em referência à Revolta dos Malês, um movimento de resistência que ocorreu em janeiro de 1835 em Salvador, protagonizado por africanos muçulmanos de língua iorubá, chamados de “nagôs”.

O município tem como influência marcante em sua formação social e histórica a cultura herdada dos povos da África. Segundo Diógenes e Aguiar (2013) a africanidade está presente na formação social do povo franciscano, exemplo é a presença de comunidades remanescentes de quilombolas no Monte Recôncavo que marca a resistência negra na época da escravidão. Ressalta que a partir da implantação da UNILAB (universidade com currículo sensível/acessível aos estudos africanos e afro-brasileiros), em São Francisco do Conde – Bahia, em 2013, estudantes africanos estudam e residem no município, para participar dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados no Campus dos Malês.

Partindo do pressuposto que as estudantes universitárias guineenses ao chegar no Brasil compartilham de experiências vividas no contexto da territorialidade que colocam em questão a própria configuração de identidade a partir da sociabilidade e das interações com a população local, torna-se oportuno compreender a identidade negra no contexto afrodiáspórico, pois a cor da pele se torna uma referência para designar a sua origem e a identidade, sobretudo, a partir da generalização e do desconhecimento da discriminação racial em seu país de origem. Como já foi brilhantemente pontuado na dissertação de Almeida (2019), pensar a condição das guineenses em diáspora envolve compreender os dilemas gerados pelas relações sociais, pois

as estudantes não se percebem com a mesma identidade. Desta maneira, é necessário questionar como se propõe a conceituação da diáspora africana nesta territorialidade.

## 2.1 DISCUSSÃO DO CONCEITO DE DIÁSPORA AFRICANA NA CONTEMPORANEIDADE

O conceito de diáspora, originado para designar a dispersão geográfica das populações judaicas em migrações forçadas ou voluntárias, é usado na contemporaneidade para se referir, mais amplamente, à dispersão de uma miríade de grupos étnico-raciais entre diversas localizações. Desta maneira, se torna um instrumento cuja força e intensidade reavaliam a experiência estética da vida cotidiana na maioria das comunidades negras em todo o mundo, de modo que as ilumine e articule de maneira fundamentalmente política ao conjunto da população mundial. Como destaca Avtar Brah (1996), diásporas não são homogêneas, pois são formações mistas constituídas por uma diversidade de experiências históricas e dotadas de particularidades específicas, como um entrelaçamento de múltiplas jornadas e narrativas.

Pensar em diáspora implica analisar as condições econômicas, políticas e culturais que conectam as trajetórias de um grupo étnico-racial que compartilha a mesma origem, em uma confluência de narrativas articulada em processos individuais e coletivos de memória. Nessa perspectiva, a mobilização do conceito enfatiza precisamente essa matriz de inter-relações que constituem um domínio comum entre os componentes do grupo dispersado, delineando um campo de identificações. A identidade da comunidade diaspórica não é fixa, predeterminada, mas constituída na materialidade da vida cotidiana e das narrativas socialmente construídas (BRAN, 1996), desta maneira, se torna pertinente à temática da percepção identitárias das estudantes guineenses.

A diáspora negra não apenas resgata a referência africana, mas a reconstrói, por meio de memórias, mitos e símbolos estéticos acionados em suas culturas populares. A referência à África e sua constante reconstrução são questões centrais na identidade cultural da diáspora, não apenas como ponto de origem, mas como vínculo de reunificação entre seus povos fragmentados.

Para tratar da diáspora negra na América Latina, Lélia Gonzalez (1988) propõe observar as especificidades locais das relações coloniais, as teorias de miscigenação e assimilação, assim como suas reverberações contemporâneas nas dinâmicas culturais que organizam as interações entre as raças. A autora afirma que a igualdade de todos perante a lei constituiu-se sob um

caráter apenas formalista, já que, na prática, as sociedades mantêm pessoas negras e indígenas em um lugar de subordinação.

Na perspectiva de Gonzalez (1988), as sociedades latino-americanas constituíram o racismo por denegação, originado na racionalidade administrativa colonial que naturalizou a violenta dominação branca contra os povos ditos primitivos. Em sua visão, essas dinâmicas culturais sofisticaram a violência contra os colonizados, revestindo-a de uma máscara de legitimidade e superioridade natural. Nesse contexto, foi construído o mito da democracia racial, um cenário de suposta harmonia e mistura igualitária entre as raças no qual as hierarquias coloniais ainda influenciam a distribuição de poder, renda e legitimidade de fala. A autora aponta que a ideologia de branqueamento que governa essas sociedades, veiculada, por exemplo, pelos meios de comunicação, perpetuam as classificações raciais e consolidam os valores eurocêntricos como norma.

Gonzalez propõe uma nova forma de pensar a diáspora negra na América como um todo: os “amefricanos”. A categoria de amefricanidade elaborada pela autora contempla os processos históricos de adaptação, resistência, reinterpretação e invenção criativa de maneira afrocentrada, ligada à diversidade de origens culturais africanas que a compõem – apontando-a como ponto de partida para uma identidade étnicoracial que não apenas afirma sua herança africana, mas reelabora e reconstrói essa matriz cultural em sua diáspora nas Américas.

A ideia é pensar na afrodiáspora como resultado de uma compreensão da África a partir de sua capacidade de permanente recriação nas suas múltiplas diásporas. Com tal aprendizado sempre movido pela crença do convívio intercultural, no que diz respeito à diversidade e à liberdade plena dos povos, abrem-se novas possibilidades de reorganização da vida em sociedade. Com esta marca no convívio em escala elevada, as culturas africanas, dentro e fora da África, traçaram uma história de sociabilidade que, definitivamente, configura uma elevadíssima taxa de diversidade em todos os níveis. Evocar o desenvolvimento de uma identidade da mulher negra em meio à diversidade de valores que, reconhecidamente, aflora como produto da dispersão, do exílio e da emergência da consciência dos afrodescendentes, faz do uso do conceito de diáspora uma vigorosa ferramenta para a afirmação da imaginação pan-africana, nessa etapa da ressurreição africana. Entretanto, para Almeida (2019), no contexto da localidade Franciscana, houve um processo de estranhamento entre os munícipes e os estudantes, pois estes últimos foram tratados com discriminação por causa da cor da pele e origem africana.

Bendo (2016), em seu estudo realizado em São Francisco do Conde com estudantes, afirma que atualmente as migrantes africanas se encontram inseridas numa nova configuração

social, no sentido de que o deslocamento voluntário para fins estudantis constitui-se como um fenômeno contemporâneo. Isso porque o país tem sido um local que as estudantes africanas escolhem através de programas de parcerias entre o Brasil e outros países. Dentro desse contexto, a autora assinala que *De onde sou agora?* É a pergunta feita pelas estudantes depois de trocarem culturas, hábitos e costumes com os brasileiros e africanos de outras nacionalidades.

Estar fora do lugar ainda que seja temporário ou definitivo, dá ao estudante africano a sensação de já não saber o seu real pertencimento, vendo que eles não estão no seu país de origem sentem-se como se estivessem num lugar completamente estranho, porque no Brasil eles são apenas africanos ou angolanos, ao mesmo tempo tem o Brasil como um lugar de pertencimento também, pois os estudantes adquirirem novos hábitos e costumes que mesmo voltando em casa não serão vistos também como os mesmo indivíduos que um dia partiram, eles também já não se sentirão pertencentes àqueles lugares. BENDO, 2016, p. 51-52)

Em seu estudo, a autora afirma que os africanos chegam ao Brasil em condição de estudantes e pela sua própria autonomia. Eles deixam as famílias e amigos por escolha e não por migrações forçadas como aconteciam na época da escravidão. Ao ler esse argumento, pressuponho que eles escolhem o Brasil com o objetivo de concretizar seus sonhos e em busca de ascensão social, porém quando estão neste território são reduzidos ao grupo identificado como *africano*, rejeitando as suas singularidades, nacionalidades, diversidade culturais, linguísticas e étnicas.

Ser negro no Brasil é ser discriminado, estereotipado e ser visto sempre como o outro, quem não tem a capacidade de ocupar lugares de prestígio dentro da sociedade, e ser negro africano parece outros desafios. Além de serem negros e carregarem todos esses estereótipos, os africanos e as africanas ainda ocupam a classificação geral de o africano, isso é, aquele que é o “selvagem”, o atrasado, uma generalização do continente africano, como se os africanos fossem pertencentes a uma só cultura e fossem uma só coisa, e tudo de ruim que se possa imaginar, então o negro africano sofre racismo, preconceito duas vezes, primeiro por ser negro dentro de uma sociedade racista com um presente e persistente ideologia do branqueamento e em segundo lugar por ser africano termo este que já carrega marcas e representações muito fortemente estigmatizadas e negativas no Brasil (BENDO, 2016, p.35)

A autora ressalta que ao cursar uma graduação ou pós-graduação compartilham de experiências vividas no contexto da imigração estudantil e a partir da sociabilidade e das interações afetivas que vão sendo construídas cotidianamente resulta nos processos de transformações identitárias. Através dessa discussão é necessário compreender as dimensões que envolvem os aspectos identitários que aparecerão ao longo do estudo como base para aprofundar a reflexão acerca do tema de ser africana e negra no contexto local.

### **2.1.1 Identidade em trânsito: a experiência diaspórica**

Uma das principais questões deste estudo está relacionada com a vivência da experiência de ser africana e negra no contexto da territorialidade, onde a imagem do continente africano é estereotipada resultando em discriminação racial, dando enfoque na percepção identitária das estudantes guineenses através do confronto com o racismo no município de São Francisco do Conde-BA. Procura-se compreender como se identificam, são identificadas pelos munícipes e se afirmam como mulher negra nesta territorialidade.

Stuart Hall (2011) defende a ideia de identidade como construção. Para fundamentar o seu argumento, rastreia a construção de algumas das suas concepções em diferentes períodos históricos e expõe o seu conceito demonstrando que o homem passou por diferentes formas de percepção identitária, desde o sujeito do Iluminismo, visto como detentor de uma identidade unificada e imutável; passando por uma perspectiva sociológica, fruto da interação entre o eu e a sociedade, até atingir a concepção pós-moderna de identidade, em constante mutação através dos sistemas culturais. Segundo o autor, a identidade, na perspectiva sociológica, preenche o espaço entre o interior e exterior, projetando “nós próprios” nas identidades culturais, internalizando seus significados e valores, contribuindo para os sentimentos subjetivos com os lugares que ocupados no mundo social. Todavia, a partir do momento em que este sujeito interage com outros será influenciado pelos processos sociais amplos, resultando na adulteração de identidade. Nesta conjuntura agravada, as identidades sociais, se tornam cada vez menos coerentes, unificadas e transparentes. O sujeito pós-moderno, não possui uma identidade permanente.

Dessa maneira, na medida em que as estudantes têm consciência crítica das relações raciais na territorialidade, há um processo de transformação identitária, pois segundo o autor o sujeito compõe várias identidades, nunca sendo estável nem unificada, e em todas as sociedades elas sofrem transformações que levam o indivíduo a interagir com outras culturas, sem simplesmente ser assimilada por elas e sem perder completamente suas identidades. De fato, é necessário compreender os processos identitários construídos nas trajetórias das estudantes, pois enfrentam dificuldades na afirmação da negritude, na condição de estrangeiras num lugar até então desconhecido.

Para Hirsch (2007), as características que poderiam facilitar a inserção das estudantes na sociedade brasileira acabam por, frequentemente, se tornarem um dado mais negativo do que positivo. Isso porque recaem pesados estigmas. E ao ingressarem, há um confronto com a perspectiva sobre si e pessoas negras, pois passam a ser identificadas e associadas com um



grupo social estigmatizado. A autora cita que nas sociedades de origem essas jovens fazem parte de um seletivo grupo de elite que chegou ao nível superior, gerando desconforto uma vez que se deparam com o status inferiorizante que é atribuído aos brasileiros negros. Ressalta que a categoria africana como identificação não é aceita passivamente.

Ao estudar a relação dos africanos que estão no território brasileiro, os trabalhos da antropóloga brasileira Neuza Maria Gusmão são utilizados como referência. A autora considera que ser africana, estrangeira e negra transforma sua identidade “fora do lugar” e constroem diferentes redes sociais de apoio que assumem novas configurações. Diante disso, os movimentos diaspóricos ensejam transformações identitárias resultantes do encontro entre culturas, desta maneira, o processo de integração a uma nova cultura se dá com diferentes graduações da manutenção dos vínculos com as raízes culturais, e, conseqüentemente, com o território. Gusmão (2012) expõe em seu estudo sobre estudantes luso-africanos em Campinas e São Paulo, que estes não “se pensavam” como africanos, mas no Brasil passam a se assumir a designação africana e constroem uma identidade nova, capaz de unir o diverso.

Desse modo, a sua subjetividade é influenciada pelas relações contínuas, pelas trajetórias construídas, pelas trocas de experiências no local. Ressalta que é consenso entre as pesquisas realizadas sobre estudantes africanos no Brasil a manifestação do significado da “raça” no Brasil. A sua presença evidencia o significado visto pela cor da pele e pelas relações que se estabelecem com o chamado “outro”, brasileiro ou estrangeiro, porém negro também. Dedicando-se ao estudo do preconceito e da discriminação racial, Guimarães (1999) refletiu sobre o conceito de racismo, destacando que a noção de “cor” substituiu a de “raça” de maneira que os estereótipos negativos associados aos negros continuaram a existir. Para o autor, a cor, sendo categoria racial no país, é mais que cor de pele, pois a textura do cabelo e o formato de nariz e lábios, além de traços culturais, são elementos importantes na definição. A não explicitação das referências “raça” ou mesmo a “cor”, associada à negação da existência de raças, se tornou recorrente na sociedade brasileira e foi entendida, de maneira errônea, como uma prova de que não existe racismo no Brasil, desta maneira, afirmando a democracia racial. Ressalta que “raça” é um conceito sociológico não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real.

Mamadou Baldé (2017) afirma que as vivências das estudantes na Unilab/Campus dos Malês, São Francisco do Conde, constituem uma contribuição significativa as gerações de mulheres africanas no Brasil e na Bahia que, em suas trajetórias de vida e no processo de sua formação acadêmica e intelectual, se deparam com as amarras tradicionais, históricas e culturais da própria identidade. Afirma que as diferenças culturais dificultam a inserção das discentes no

contexto da comunidade e com o grupo dos alunos brasileiros. Quanto à questão da cor e a sua relação com específicas identidades no contexto brasileiro e diaspórico, elas são vistas como a parda, mulata ou negra, e relataram não estarem acostumadas com o uso destas categorias e com os preconceitos historicamente vinculados a este uso.

O autor afirma que a identidade se transforma em situação de migração e alteridade cultural resultando em preocupações nas estudantes em relação ao fator identitário e questão territorial. As entrevistadas do seu estudo relataram tratamento diferenciado pela população por serem africanas e mulheres, além de serem vistas como uma ameaça à ordem cultural e à tradição local. Ressalta que as estudantes africanas em seu processo político, durante a sua estadia na comunidade e na experiência adquirida na participação de movimentos de luta pela igualdade e direitos da mulher, entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da “mulher submissa”, pois compreenderam que as desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização que produzem profundas exclusões. Sua pesquisa é concluída com a afirmação de que na comunidade a história colonial e da escravidão interfere na identidade africana. Desta forma, tem uma influência na atualidade e na maneira que as com que as estudantes são percebidas na região.

É necessário ressaltar que o estranhamento que os estudantes sentem ao chegar no contexto local traz a necessidade de vivenciar identidades até então não existentes em seu país de origem. As guineenses se percebem uma mulher negra africana, mas esse processo de afirmação é resultado de muitas dores pois é extremamente difícil acolher uma nova vida que leva tempo para se adaptar

O choque diante dessa demanda de ter de se auto afirmar nasce aqui e a partir desse choque também **surge a questão do que é ser africano**, porque os estudantes africanos dentro dos seus países sabem que são angolanos, cabo-verdianos, etc., logo é africano, mas chegar no Brasil e vivenciar uma realidade muito diferente do habitual levou muitos dos estudantes a pensar muito do que realmente significa ser africano, agora com um olhar de fora para dentro, o que tem possibilitado muitos a se conhecerem melhor e entender que ser africano no Brasil é muito diferente de ser africano dentro do continente. (BENDO, 2016, p. 36)

Bendo (2016) afirma que é diferente a identificação do negro nos países de origem dos estudantes, pois no Brasil é difícil identificar quem deve ser chamado de negro, porque a negritude nem sempre está na cor da pele, mas nas questões políticas, religiosas e de privilégios. A autora ao entrevistar um estudante angolano, que em suas inquietações diante deste processo de ter de se pensar como negro neste território e sobre a experiência da discriminação, diz que em seu país é um cidadão e tem dignidade humana, enquanto em São Francisco precisa afirmar

diariamente que é negro e a sua capacidade está sendo avaliada ao todo momento. Ressalta que o negro brasileiro é discriminado por ser afrodescendente sendo sempre identificado como o outro, o intruso, o não pertencente da sociedade brasileira, mas com o negro africano a situação se agrava, porque além de ser negro e automaticamente já adquirir o carma do racismo no Brasil, ele também tem a sua condição de africano e por isso, sofre discriminação duas vezes na sociedade.

(...)basta ser negro e ter um tom de pele preta que sofre discriminações, racismo e preconceitos. “Nos países do PALOP, a maioria das vezes o jovem sofre preconceito por estar ‘mal vestido’, trajado com uma roupa não apropriada para o lugar, ou mesmo por ser de classe social baixa. Mas no Brasil, na maioria dos casos não importa se é de classe média ou alta, e se está com uma roupa de grif, se for negro e africano logo é discriminado. (BENDO, 2016, p. 37-38)

Enquanto no Brasil a categoria raça é importante, mesmo que a “cor” predomina em termos de classificação social, e a identidade étnica é relativamente fraca ante os marcadores físicos pelo processo de mestiçagem, segundo Gomes e Figueiredo (2016) seu significado não é o mesmo aos africanos vivendo em África para os afrodescendentes do Novo Mundo. Afirmam que o racismo, tal como experimentado nos contextos diaspóricos, não foi necessariamente o elemento estruturante da hierarquia de gênero, mas a etnicidade e os modelos patriarcais subjacentes, pois há uma lógica hierarquizada entre os grupos étnicos que remete ao período colonial estabelecida através da hegemonia da elite crioula associada aos valores civilizatórios europeus e vista como “superior”, em oposição ao resto da população local. Ressaltam que na sociedade brasileira, a colonização pressupôs o controle do corpo das mulheres negras, do seu futuro e posição de absoluta subalternização, necessitando da construção de uma identidade como mulher brasileira negra, e de origem africana. Porém em Guiné Bissau, embora com as complexidades étnico-sociais e as estruturas patriarcais de poder tenham, em parte, interferido na institucionalização de um movimento feminista (praticam o feminismo, mas sem consciência feminista), todavia, existe um autorreconhecimento da importância do papel desempenhado das mulheres na construção do Estado independente, mesmo que depois da independência voltaram para posição de subordinação e não tenha ocasionado na esfera política a promoção da equidade de gênero. Dessa maneira, as guineenses procuraram resgatar a própria identidade numa dupla luta: a anticolonial e a antipatriarcal. No entanto, as autoras evidenciam que não identificam um movimento feminista estruturado como o brasileiro por causa da falta de acesso na produção intelectual e na vida política.

Partindo desse pressuposto, acredito que a mulher negra africana é atravessada por quatro concepções de discriminações: pelo gênero, raça, classe e nacionalidade. Nessa perspectiva é possível analisar que estar no Brasil traz reflexões sobre sua própria identidade. Ser visto como mulher africana e negra no país coloca as estudantes em posições de subalternidade com a mesma intensidade que necessita de uma percepção identitária. O estudo de Almeida (2019) sobre as experiências dos estudantes guineenses aponta que

Ser negro no Brasil implica conviver com a tensa complexidade do tratamento diferenciado nos diferentes contextos sociais, de modo que envolve desde a afirmação da identidade negra, a luta cotidiana na busca por reconhecimento e a valorização. De outro modo, envolve a reflexão acerca da complexidade em ser negra, estrangeira e africana, pois estas dimensões identitárias são mútuas, isto é, não se excluem, mas se completam no conjunto das relações construídas no âmbito social. Ser negra e africana na terra do outro implica em ser tratada como estrangeira e ser confundida com uma afro-brasileira, isso porque a estudante africana negra é identificada como estrangeira quando sua fala expressa o sotaque típico de quem não é nativo. Contudo, aceitação e rejeição do indivíduo, a depender do reconhecimento/identificação implica na forma do tratamento recebido no meio social. (ALMEIDA, 2019, P.63)

Morais e Silva (2012) ao analisarem a situação de estudantes africanas na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UnB) observaram que a identificação pela cor da pele provoca mudanças profundas na maneira como repensam seu lugar na sociedade, sendo identificados por termos antes inexistentes em seu repertório simbólico pós-colonial, tais como “negra”, “africana” e “estrangeira“. Sendo assim, no contexto de territorialidade as estudantes necessitam afirmar a sua identidade como mulher negra, pois segundo considerou uma moçambicana em entrevista aos autores: ser moçambicana no Brasil é totalmente diferente de ser uma moçambicana em Moçambique.

Finalizo essa etapa propondo a interseccionalidade, termo cunhado pela teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991), como ferramenta analítica de apreensão a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades através das categorias classe, gênero e raça com o intuito de identificar as diversas formas de opressão e exclusão que as mulheres negras são submetidas numa sociedade baseada sob a égide do patriarcado e das relações reprimidas pela herança colonial escravocrata.

### **3 MÉTODO**

A presente pesquisa teve como base teórica metodológica o enfoque de pesquisa dialética, pois se fez necessário á explanação histórica dos assuntos abordados, como também os desafios

enfrentados para sua efetivação de forma eficaz da pesquisa em questão, que tem como objeto de estudo analisar as experiências das estudantes guineenses em São Francisco do Conde a partir do confronto com o racismo.

Dessa forma, a presente pesquisa buscou apreender identidade, sociabilidade, experiências compartilhadas entre africanas e brasileiras no contexto relacional, analisando o seu significado na expressão das relações humanas. Assim, sob uma perspectiva dialética, a busca foi trazer com maior clareza possível as experiências das estudantes no Brasil.

No que se refere aos procedimentos adotados na coleta de dados, inicialmente foi feita uma análise bibliográfica de estudos sobre preconceito, discriminação racial, diáspora africana, mito da democracia racial, identidade e territorialidade de autores que são referências na área dos estudos sobre relações étnico-raciais e sobre a experiência das estudantes africanas no Brasil, publicados em artigos, livros, dissertações de mestrado, teses e monografia. Desse modo, através da seleção, análise e interpretação de estudos voltados à temática em questão, foi possível concretizar o aprofundamento do entendimento acerca do tema. O referencial teórico orientou na aproximação com o objeto de estudo, auxiliando a compreendê-lo no percurso de construção. Inicialmente será realizada uma revisão de literatura a partir de trabalhos que tratam das experiências das estudantes dos PALOP no Brasil para seguidamente focar no contexto da territorialidade em São Francisco do Conde.

Quanto à forma de abordagem, a pesquisa foi qualitativa. É necessário adotar o percurso metodológico que mais se aproxima dos significados atribuídos pelos atores às diferentes situações vividas pelos mesmos, possibilitando-lhes partilhar suas experiências mais significativas e reais do cotidiano, relacionadas aos aspectos que tratam das questões de identidade, sociabilidade, experiências compartilhadas entre africanas e brasileiras no contexto relacional. Sobretudo, a finalidade da pesquisa qualitativa é explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após as análises da extensa literatura sobre as experiências das estudantes guineenses, nota-se que as transformações identitárias decorrem de um contínuo processo resultante das trocas culturais, cujo valor simbólico é constituído de sentidos e significados para os atores envolvidos. Por outro lado, a convivência forçada entre africanas e brasileiros não acontece

sempre de forma fraternal, pois nas relações há conflitos e concorrência, próprio das relações sociais, porém acentuado pelo racismo.

Cabe salientar que a formação da identidade negra no Brasil, por ser uma sociedade estruturada nas bases do colonialismo, implicou na ausência da concepção de negritude do segmento negro e em desafios que dificultam a construção da afirmação de identidade. O racismo brasileiro se constituiu através de uma forma sutil e silenciada dificultando sua identificação, sendo caracterizado pela exclusão sistemática dos negros em vários setores da sociedade, contribuindo para a ilusão de que no país não existe discriminação racial, desta maneira, as estudantes, influenciadas pela mídia, acreditam que estão indo para um paraíso.

Ao chegar em um território desconhecido para fins estudantis, as estudantes guineenses se deparam primeiramente com o choque cultural através da novidade do lugar que tem valores, costumes e crenças diferentes do território de sua origem. O processo de adaptação ocorre de forma individual e com suas particularidades, nesse momento torna-se importante a solidariedade dos colegas para o enfrentamento das adversidades que surgem no caminho, principalmente com o racismo que até então era desconhecido. Nesse sentido, os grupos que se formam no decorrer da permanência no país vão sendo construídos no cotidiano de conflitos e diálogos, nas trocas e nos embates. Aos poucos, as redes de sociabilidade vão sendo tecidas a partir das afinidades e experiências compartilhadas.

As experiências de ser estudante guineense em São Francisco do Conde não será igual às vivenciadas pelas universidades de outros Estados. Embora apresentem semelhanças em alguns aspectos, no que diz respeito às questões referentes ao preconceito e/ou discriminação, questões identitárias e de sociabilidade, ainda assim é preciso situar as experiências de indivíduos/grupos que compartilham entre si os conflitos e as trocas nas relações sociais.

Por mais educativa que seja a diversidade cultural na cidade, ela pode causar uma certa estranheza, no encontro de diferentes práticas e costumes. Como foi visto anteriormente, as guineenses são vistas pela população de São Francisco do Conde, segundo estereótipos e preconceitos que as reduzem à imagem de mulheres submissas, incapazes de enfrentar o machismo, supostamente enraizado nas culturas africanas. Percebemos como essas representações(imagens de controle) carregam uma herança escravocrata do período colonial do nosso país.

A questão identitária está ligada à imigração do corpo estudantil que sofrem com estereótipos que atormentaram as pessoas escravizadas, trazidas da África para as Américas nos séculos passados, cujas heranças são visíveis ainda hoje, infelizmente. As identidades são ressignificadas, isto é, transformadas a partir das trocas culturais e do racismo, sobretudo, os

modos de sentir, pensar e agir não sendo modificados no contexto relacional. Utilizam de novas formas de lidar com os conflitos e dilemas que surgem no decorrer das experiências de vida. Ao compartilhar socialmente as vivências com outros indivíduos, os sujeitos se fortalecem na medida em que problematizam as situações vivenciadas, seja no que tange as questões de cunho étnico-racial, como o racismo, sejam aquelas que envolvem os aspectos relacionados à sexualidade, ao feminismo.

Desta maneira, afirmar que a identidade de um indivíduo é fixa, predefinida e homogênea remete ao olhar colonial, que ignora a multiplicidade de experiências e particularidades dos sujeitos, objetificando-a e atribuindo uma aparente uniformidade. Reivindicar novas perspectivas sobre as identidades negras da diáspora exige um posicionamento contra esses movimentos, visto que os discursos que se pretendem universalizar se organizam em torno dos sujeitos mais privilegiados de acordo com as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade. Considerar uma única categoria analítica pode silenciar e invisibilizar as formas de opressão que resultam em múltiplas opressões que atravessam as estudantes guineenses. Para contestar essa pretensa universalização da experiência e evitar a narrativa única, é preciso interseccionalizar a discussão para que ela contemple perspectivas e lugares sociais diversos.

Ressalto que a diversidade da diáspora negra, portanto, não se limita às histórias, às trajetórias e aos contextos distintos da fragmentação causada pela dispersão, mas se refere também aos sujeitos que, como grupo social, reúnem uma multiplicidade de vivências e experiências impossíveis de homogeneizar. Essas identidades serão, então, definidas por sua subjetividade e ação como sujeitos diante de marcadores de dominação que se combinam e complexificam a questão racial, evidenciando a abordagem interseccional a partir de lugares de fala contra-hegemônicos como chave para a transformação cultural decolonial e a construção de sociedades igualitárias.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do presente estudo, foi possível identificar a necessidade de uma educação antirracista com o intuito de desconstruir estereótipos relacionados à população negra/africana, de modo que a visão sobre a África seja reconstruída no imaginário social a partir de referenciais positivos. Do mesmo modo, a percepção sobre um povo primitivo e selvagem seja desmistificada e substituída pela verdadeira história africana. Seguindo essa lógica,

desconstruir a imagem da mulher negra e africana vinculada à figura caricatural de personagens que ridicularizam e objetificam o corpo feminino.

É oportuno ressaltar a necessidade deste estudo posteriormente avançar no sentido de desvelar o que não ficou explícito pelas limitações que surgiram ao longo do processo. Assim sendo, torna-se necessário a ampliação a fim de incluir outros aspectos que poderão desdobrar em futuras pesquisas acadêmicas, principalmente com a situação das estudantes no período da pandemia, confinadas na cidade de São Francisco do Conde.

Ressalto que observo a necessidade da UNILAB, através da gestão, repensar os parâmetros para uma aproximação entre os franciscanos e a comunidade acadêmica. Há também o aspecto de inserir as estudantes nas escolas para que as crianças possam ter uma melhor compreensão sobre o continente africano enquanto lugar de cultura e história, desconstruindo mitos históricos, preconceitos e estigmas, conforme objetiva a legislação educacional em vigor, mas especialmente trazer a esse território um canal de diálogo e de identificação com alguns dos elementos integrantes do legado cultural africano junto à formação social e cultural do Brasil e principalmente da formação local, buscando adotar políticas públicas favoráveis que contribuam para que os efeitos da Lei 10.639/03 se faça sentir no município, mais efetivamente, bem como para as políticas institucionais de assistências e permanências dos estudantes. Também se faz necessário que a universidade crie projetos sobre a questão de gênero e sexualidades e das dinâmicas sociais, culturais, econômicos e políticas, respeito às diferenças, reconhecimento das diversidades culturais africanas existentes na Unilab, para combater práticas racistas, discriminatórias e xenofóbicas, tanto no ambiente da universidade como também na cidade de São Francisco do Conde.

Assim concluo este trabalho na percepção de que, no Brasil e, de forma particular, na Bahia, a história colonial e da escravidão tem ainda um impacto muito grande na maneira de se aproximar da identidade africana. O peso desta historicidade tem uma influência na atualidade e na forma com que as guineenses são percebidas na região de São Francisco do Conde que em sua grande maioria são compostas por cidadãos negros.

Com o estudo, observo que os africanos ainda causa estranhamento e sofrem na cidade o preconceito. Além do racismo, através da cor de sua pele, a falta de conhecimento sobre a África é apontada como a principal causa desse mal estar (estranhamento), e por ser mulher, as estudantes guineenses sofrem opressões relacionadas ao seu gênero.

A questão da identidade foi vista em constante movimento e se resignificando com as trocas de experiências e culturais entre os estudantes africanos de diferentes países e brasileiros na UNILAB. As temáticas relacionadas ao gênero, o preconceito, o racismo, as formas de



sociabilidades, convivências, ressignificação de identidade entre as estudantes foram abordadas.

Por fim, a pesquisa nos leva a refletir sobre a experiência distinta vivida pelos homens e mulheres. Neste sentido foquei na representação do corpo da guineense negra e africana em São Francisco do Conde e na UNILAB. Ressalto que ser mulher negra e africana é mais difícil que ser simplesmente mulher negra brasileira e acredito veemente que esse estudo contribuiu para pensar a forma como as relações estão sendo constituídas no município.

### Referências

ALMEIDA, M. S. P. As experiências na terra do outro: as percepções dos (as) estudantes guineenses sobre estar fora de seu lugar. Dissertação – Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2019. P.124.

BALDÉ, Mamadu. Mulheres africanas na Unilab : registro de uma experiência em processo. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2017. P. 47.

BENDO, M. D. L. Estranhamento e convivência dos estudantes africanos em São Francisco do Conde. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde. 2016. P. 59

BRAH, Avtar. Cartographies of Diaspora: Contesting identities. London and New York: Routledge, 1996

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review* 43(6), 1991, p. 1241–99.

DIÓGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. (Orgs.). Unilab: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação sul – sul. Redenção: UNILAB, 2013. 120 p.

FIGUEREIDO, Angela. GOMES, Patrícia Godinho Gomes. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-bissau e Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis. Setembro-Dezembro/2016. P. 909-927

GOMES, N. L. VIEIRA, S. L. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afro-brasileira (UNILAB). *Revista Lusófona de Educação*, n. 24, p. 81-95, 2013.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis International*, vol. IX, jun./1988, p. 133-141.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (1999), *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Editora 34.

GUSMÃO, N. M. M. Africanos no Brasil, Hoje: Imigrantes, Refugiados e Estudantes. (2012) Disponível em:<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/895>. Acesso em: 27 set. 2020.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós- modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ, DP&A, 2011.

HALL, Stuart. Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2009.

HIRSCH, Olivia Nogueira. Hoje eu me sinto africana: processos de (re)construção de identidades em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro. 2007. 220f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Rio de Janeiro, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/sao-francisco-do-conde.html>. Acesso em: 20 dez. 2020

MORAIS, S. S.; SILVA, K. Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos PALOP em duas universidades brasileiras. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 163-182, jan./abr. 2012

SANTANA, J. São Francisco do Conde e o enigma da riqueza e pobreza no Recôncavo baiano. Salvador: UCSAL/PPG - Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, 2011. 159 p.

SOUZA, O. R.; MALOMALO, B. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. Interfaces Brasil/Canadá. Canoas, v. 16, n. 1, 2016, p. 256–293.